

Moção pela defesa do interior do país, dos serviços públicos e pelo aumento da qualidade de vida das populações

O interior de Portugal não poder ser encarado pelo estado central como um encargo mas sim como uma oportunidade. O território não é apenas um espaço físico nem um sustentáculo das diferentes atividades humanas, mas sim um sistema complexo, no qual várias ligações, atividades e valores coexistem, interagem, geram conflitos e criam sinergias.

Nesta perspetiva a coesão territorial é a condição de partida para a adequada coesão económica e social, visando garantir objetivos de equidade no acesso aos equipamentos, às infraestruturas e aos serviços, concorrendo para tal, de forma decisiva, a melhoria da prestação dos serviços públicos locais e a otimização da atividade das autarquias, que garantem o acesso das populações a níveis de qualidade de vida que de outra forma lhes estariam vedados, dado a menor intervenção direta do estado central no interior do país.

O estado central apesar da criação de algumas medidas positivas para o interior, nomeadamente aquelas que derivam da ação da unidade de missão para o interior, está ainda aquém de uma efetiva política de defesa do interior, colocando muitas vezes os cidadãos à merce de si próprios em áreas essenciais como a saúde, a segurança e a assistência social.

Uma efetiva política de valorização e defesa do interior, não se faz somente pela descentralização do estado central, aliás essa descentralização pode, em muitos casos, ser entendida como um afastamento do próprio estado central, enquanto garante da soberania do território, num todo, e não num conjunto de partes dispersas e desconexas entre si, em áreas essenciais para as populações.

Importa pois que os órgãos autárquicos, enquanto efetivos representantes das populações contribuam de forma inequívoca para a defesa das suas populações e das suas localidades que, continuam de tempos em tempos, á mercê de decisões políticas, muitas vezes revestidas de carácter administrativo, a sofrer duros golpes com a diminuição dos serviços essenciais do estado.

Assim, a Assembleia Municipal de Aljustrel, reunia a 29 de novembro de 2018, entende remeter a sua preocupação aos órgãos de soberania nacionais, em relação aos seguintes aspetos:

- O Serviço Nacional de Saúde é o garante do acesso de todos os cidadãos ao sistema nacional de saúde, não deve portanto o estado demitir-se da sua função, quando continua por efetivar a construção da extensão de saúde de Rio de Moinhos, quando continua por definir uma estratégia integrada de assistência aos cidadãos, assente na dinâmica económico-social das



localidades como é o caso do serviço de atendimento permanente de Aljustrel, encerrado há uns anos, num concelho que tem aumentado progressivamente o número de habitantes e trabalhadores em áreas de enorme risco para a saúde e segurança, como é a exploração mineira e as demais atividades conexas.

Por isso exigimos a reabertura do serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde de Aljustrel, a construção da extensão de saúde de Rio de Moinhos e o aumento da contratação de mais pessoal médico.

- O serviço postal continua a ser uma forma de combate às assimetrias regionais, devendo continuar a chegar a todos e a todo o lado. O estado deve pugnar pela manutenção de um serviço público de fácil acesso a todos os concidadãos, situação que tem vindo a ser revertida pela administração dos Correios. O concelho de Aljustrel viu já por duas vezes os serviços postais afastarem-se das suas populações, primeiramente em Ervidel e agora mais recentemente na própria sede de concelho, com a agravante desta última servir como estação de correios que serve de apoio a todos os postos do concelho. Apesar de se manter a maior parte dos serviços disponíveis á população, existem porém alguns que deixam de se praticar e para situações habitualmente resolvidas na sede de concelho, os cidadãos vão ter que se deslocar á estação de referência que é em Beja. Neste caso o descaramento foi maior que nem os órgãos autárquicos foram ouvidos nesta tomada de posição pela administração da empresa, sem que houvesse por esta via a participação das instituições locais, como ultimo reduto na salvaguarda do serviço público.

Por isso exigimos a alteração do encerramento da estação dos CTT, e a reversão da sua passagem a Posto dos CTT explorado por uma empresa privada.

- As infraestruturas rodoviárias são no nosso concelho o garante da coesão territorial, aproximando as populações e os serviços das pessoas. O estado central com uma enorme vontade de aliviar as suas responsabilidades na gestão destas infraestruturas, tenta a todo o custo passar as mesmas para a gestão municipal, sem que para tal acompanhe tais medidas das respetivas verbas para se fazer face á sua devida manutenção. A vila de Aljustrel pelo seu dinamismo económico e social é diariamente atravessada por viaturas pesadas, contendo muitas delas matérias perigosas. Desde há muito que se reclama a construção de uma variante á vila, ficando esta localidade afastada dessa importante infraestrutura, ao contrário de outros concelhos vizinhos, como por exemplo Castro Verde e Ferreira do Alentejo, atualmente encontram-se em curso negociações que tendem a efetivar a construção da referida variante.



Por isso exigimos a reparação das estradas nacionais e regionais que atravessam o nosso concelho, nomeadamente a que liga Ervidel a Aljustrel e a Beja, a que liga Aljustrel a S. João de Negrilhos e a que liga Aljustrel ao concelho de Santiago do Cacém. Reivindica-se ainda que o estado central inscreva efetivamente no Plano Nacional de Investimentos a construção da Variante à Vila de Aljustrel, como uma prioridade efetiva de investimento.

- O investimento no setor agrícola tem sido um forte incremento a uma maior dinâmica económica em praticamente todo o concelho, o estado, por via da ação da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA) realizou e prepara-se para realizar uma série de empreitadas no concelho que obrigatoriamente terão que servir-se de estradas e caminhos municipais para aceder às frentes de obra.

Por isso exigimos a reparação das estradas degradadas aquando das empreitadas realizadas pela EDIA e solicitamos á câmara municipal que tome medidas no sentido de impedir a utilização de mais estradas e caminhos municipais pelas empresas responsáveis pelas futuras empreitadas, sem que estejam devidamente assumidos os compromissos de as reparar no final das intervenções.

- O setor mineiro é sem sombra de dúvida estruturante para a dinâmica social e económica do concelho, contribuindo substancialmente para a balança comercial nacional. Ora este setor deve ser efetivamente acompanhado pelo estado, no entanto esse acompanhamento não pode nem deve focar-se apenas e só na proteção dos grupos económicos que exploram as concessões mineiras, há mais vida para além desses grupos, há as vidas dos seus trabalhadores e das populações que convivem diariamente com a laboração dentro das suas localidades. Importa pois que o estado central consiga ser o garante da segurança de todos, cidadãos e trabalhadores, através de uma ação fiscalizadora das normas e condições de higiene e segurança no trabalho, na proteção social aos trabalhadores e na salvaguarda dos seus postos de trabalho. Por outro lado o estado deve também pugnar pela segurança de todos, nomeadamente aqueles que sofrem os danos colaterais da exploração mineira, quer por via dos impactos ambientais, quer por via da segurança das infraestruturas de utilização comum, só uma ação atenta e fiscalizadora do estado e das suas instituições garante que tragédias como as que por vezes assistimos podem ser evitadas.

Por isso exigimos que o estado por via das suas instituições de fiscalização da atividade económica, da fiscalização das condições do trabalho, da fiscalização e licenciamento ambiental e por via do serviço nacional de saúde desenvolvam uma ação atenta e permanente, na



salv guarda do superior interesse das populações e dos trabalhadores que diariamente com a sua labuta contribuem para o crescimento da economia nacional.

Dê-se conhecimento destas deliberações ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, aos Ministérios visados, ao Secretário de Estado das Autarquias Locais, aos Grupos Parlamentares na Assembleia de República, às Assembleias de Freguesia, à Comunicação Social e á população do concelho de Aljustrel.

Aljustrel, 29 novembro 2018

Os eleitos do Partido Socialista